A Contribuição das áreas de colonização germânica ao abastecimento alimentar de Florianópolis-SC

Autor**:** Paulo Rodrigo Zanin*
Orientador: Dr. Clécio Azevedo da Silva
Co-orientador: Dr. Nazareno José de Campos

Resumo

O presente artigo busca, através da categoria de formação sócio-espacial, associar a colonização germânica na Grande Florianópolis à gênese de circuitos produtivos voltados ao abastecimento alimentar da capital catarinense. Os circuitos regionais de Florianópolis, inicialmente baseados no tropeirismo entre o planalto e o litoral, adquirem com a colonização germânica, no século XIX, um maior volume e diversificação da produção. Com o aprofundamento da Divisão do Trabalho ao longo do século XX, o espaço agrário regional foi-se especializando na produção de alimentos com destino às áreas de concentração urbana. Estes circuitos regionais foram alterando sua configuração de acordo com as inovações do meio técnico-científico, encurtando as distâncias-tempo entre os lugares envolvidos no escoamento da produção; no entanto, os círculos de cooperação espacial pouco alteraram sua composição, onde um intermediário da localidade, detentor de capital e informação, realiza a transferência do produto se apropriando de parte da renda do produtor rural.

Palavras chave: Colonização germânica, circuitos produtivos, círculos de cooperação espacial.

Introdução

Durante o século XIX Desterro, hoje Florianópolis, inseria-se na Divisão Territorial do Trabalho em âmbito nacional como fornecedora de alimentos, e através de seu porto que até esse período era o mais importante da província, atuava como centro de intermediação da produção da orla marítima e vales litorâneos da província de Santa Catarina, com os demais mercados nacionais, e em certos períodos com mercados internacionais. Com a queda da atividade portuária nas primeiras décadas do século XX, a economia da Ilha fica estagnada. Após a segunda metade do século XX, com a dinamização das relações capitalistas de produção no país, apoiadas por um estado desenvolvimentista, Florianópolis é tida como pólo de desenvolvimento, sofrendo um acentuado processo de urbanização, conurbando esta aos municípios limítrofes a Ilha. Assim a capital catarinense, no âmbito do sistema alimentar, passa

*Graduando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina e bolsista de iniciação cientifica do CNPq.

de centro produtor e de intermediação à praça de consumo, porém, esse processo sócio-espacial em grande parte é reflexo do êxodo rural regional e estadual, fazendo com que o abastecimento alimentar de Florianópolis, em grande parte, depende-se da produção de outros estados, resultando em preços mais elevados devido a logística do transporte. Com o aprofundamento da Divisão do Trabalho na grande Florianópolis, as áreas de colonização germânica especializaram-se em determinadas atividades produtivas rurais, vinculadas, direta e indiretamente, ao pacote produtivo da revolução verde, voltando-se ao abastecimento das áreas de concentração urbana. Porém apesar das inovações do meio técnico - cientifico na produção (mecanização agrícola, intensificação do uso de insumos, extensão rural), e na comercialização(através do CEASA - São José), 80 % dos gêneros alimentícios consumidos na grande Florianópolis eram importados da CEAGESP no estado de São Paulo (Prefeitura municipal de Florianópolis, 1978). Dessa forma, a mesorregião da Grande Florianópolis apresenta duas problemáticas sociais no âmbito do sistema alimentar, uma no espaço de produção e outra no espaço de distribuição, ambas afetadas pela configuração do espaço de transferência que implica em uma maior agregação de valor ao produto devido a logística do transporte, implicando na elevação do preço do alimento, mas não necessariamente resultando em um melhor retorno financeiro ao produtor rural, pois a apropriação do excedente fica a cargo dos agentes de intermediação.

A região antes do imigrante germânico

A Ilha de Santa Catarina e região serrana adjacente antes da chegada dos europeus era habitada por povos de Sambaqui e índios Carijós e Xokleng, sendo a ilha utilizada eventualmente por espanhóis, portugueses e bandeirantes para conserto de barcos e coleta de mantimentos, devido a sua localização em relação ao Rio da Prata. Diversos Bandeirantes tentaram estabelecer povoação na ilha sem obter sucesso, até que Francisco Dias Velho, na segunda metade do séc. XVII funda a povoa de Nossa Senhora do Desterro.

Em meados do século XVIII o comércio ultramarino Luso estava perdendo espaço para os monopólios mercantis da Inglaterra, Países Baixos e França, além de sua balança comercial se encontrar desfavorável em relação aos ingleses, seus principais parceiros devido ao Tratado de Methuem (1703). Frente a essa crise

Portugal cria artifícios para superá-la, através de meios institucionais como o protecionismo; apoio a monopólios privados; incentivo à produção de manufaturas na metrópole; e incentivo à produção colonial, ai se enquadrando, no caso sul brasileiro a economia baleeira, baseada no trabalho escravo e dominada por capitais mercantis portugueses. Por outro lado, a disputa territorial com a Espanha fez surgir a necessidade de ocupar e dar usos ao território. Depois do tratado de Madrid(1750), Marques de Pombal primeiro-ministro de D. José I, incentiva a ocupação do território, em Desterro e adjacências frente a sua localização estratégica entre a capital, Rio de Janeiro, e o Rio da Prata, e também pela necessidade de produção de alimentos para a economia baleeira, decide-se implantar a policultura traves da pequena produção mercantil trazendo casais das ilhas de Açores e Madeira. Estes chegam ao Brasil a partir de 1748 sendo instalados dentro do perímetro de Nossa Senhora do Desterro, se expandindo para o interior da ilha e para as freguesias do continente, como São Miguel, Nossa Senhora da Enseada do Brito, São José da Terra Firme, Vila Nova e Garopaba do Sul. Com o tempo a mandioca se tornaria a base alimentar e econômica dos colonos açorianos, porém o pequeno produtor ficava em uma situação pouco lucrativa ao vender o excedente pois “havia domínio interno do capital comercial de Desterro, que manipulava os preços da comercialização. Este, todavia, era dominado pelo capital comercial carioca, para quem Desterro vendia o produto.”(CAMPOS, 1991, p.40) Isto, aliado ao constante recrutamento por parte da administração de produtos e homens (para se tornarem soldados), aliado a outras questões, favorece ao processo de decadência litorânea de ocupação açoriana.

Quando em 1777 a ilha é atacada por espanhóis e os reforços enviados por São Paulo através do caminho do sul (caminho de tropas que ligava os Campos de Viamão-RS a Sorocaba-SP) ao chegar a Nossa Senhora dos Prazeres (atual Lages) não conseguem chegar ao litoral devido a falta de um caminho transitável, evidencia-se a necessidade de ligá-los. Em 1787 é iniciada a construção da estrada margeando o rio Maruim e subindo as escarpas da serra do leste “para facilitar a comunicação, a agricultura, o transporte e o comércio entre o planalto e a cidade de Desterro”(JOCHEM, 1992, p.10). Em 1790 é concluído o caminho que embora precário fazia a ligação entre o planalto e o litoral. Não obstante, os vales litorâneos continuavam praticamente desocupados por luso brasileiros e europeus. Com a independência do Brasil em 1822 a necessidade de ocupar e dar usos ao território

brasileiro era urgente, pois Brasil e Argentina divergiam quanto a fronteira entre seus territórios e a grande quantidade de indígenas resultava em atritos com os colonizadores Luso - brasileiros e tropeiros. Dessa forma o governo imperial decidiu por ocupar mais efetivamente o território, para colonizar essas terras o “colono deveria ser tanto um soldado quanto um agricultor, para poder tanto defender sua terra quanto cultivá-la.”(WAIBEL, 1958, p.212) O que será feito através da vinda de imigrantes europeus, que no caso de vales e encostas das serras próximas a Florianópolis, será por população de origem germânica.

As primeiras colônias alemãs em Santa Catarina

Na fachada atlântica catarinense os colonos foram assentados em alguns vales das serras do leste, de relevo acidentado e solo pouco fértil. Nos vales, as colônias geralmente se localizavam em sua porção intermediaria, constituindo núcleos populacionais a meio caminho do trajeto planalto-litoral.

A colonização germânica em Santa Catarina inicia em 1829 quando é fundada a Colônia São Pedro de Alcântara à 25 Km de Desterro no Vale do rio Maruím em paralelo com o caminho de tropas. O sítio da colônia a tornou local de dispersão demográfica, mantendo-se com poucos habitantes, alguns migrantes se dirigiam para Desterro, mas a maioria migrava para as novas colônias criadas nas redondezas como Vargem grande (1837), Santa Isabel (1846), Leopoldina(1852), Teresópolis (1859), Angelina (1860), havendo aqueles que alcançavam o planalto e as colônias no vale do Itajaí e Tubarão. As novas Colônias, a maioria acompanhando a variante do caminho de tropas do vale do rio Cubatão, apesar de receberem muitos dos migrantes de São Pedro não apresentavam crescimento demográfico expressivo pois muitos dos que fundaram a colônia também emigravam. O mapa 1 mostra a localização das colônias na região serrana fronteiriça a Ilha de Santa Catarina e a conseqüente organização espacial*.

Mapa 1- ***O** Centro Comercial Principal se deve ao Porto de Desterro que escoava a produção regional para o mercado interprovincial, e internacional, os Centros Comerciais Secundários correspondem aos locais onde o fluxo vindo do planalto e das colônias era concentrado para fazer o transporte de Lancha até o Mercado Publico na Capital, os Centros Comerciais Terciários são pequenas vilas que detém trapiche para o transporte embarcado capital/continente ou vice-versa, porem devido a não terem ligação com o caminho de tropas escoam somente uma pequena produção colonial.

Dinâmica local e Regional

Como muitos dos imigrantes não eram agricultores, estes adotaram a técnica agrícola que os Luso-brasileiros adotaram dos indígenas, a *coivara* ou sistema de rotação de terras primitivo, gerando o rápido empobrecimento do solo comprometendo a produção da qual teria de tirar seu sustento, segundo Waibel (1958, p.227) “os pequenos proprietários europeus não poderiam aplicar, por gerações o sistema agrícola mais primitivo do mundo sem perder elementos essenciais da sua cultura e tradição... muitos colonos... tornaram-se verdadeiros *caboclos*, gente extremamente pobre, com muita pouca ou nenhuma educação e vivendo nas casas mais primitivas...”.

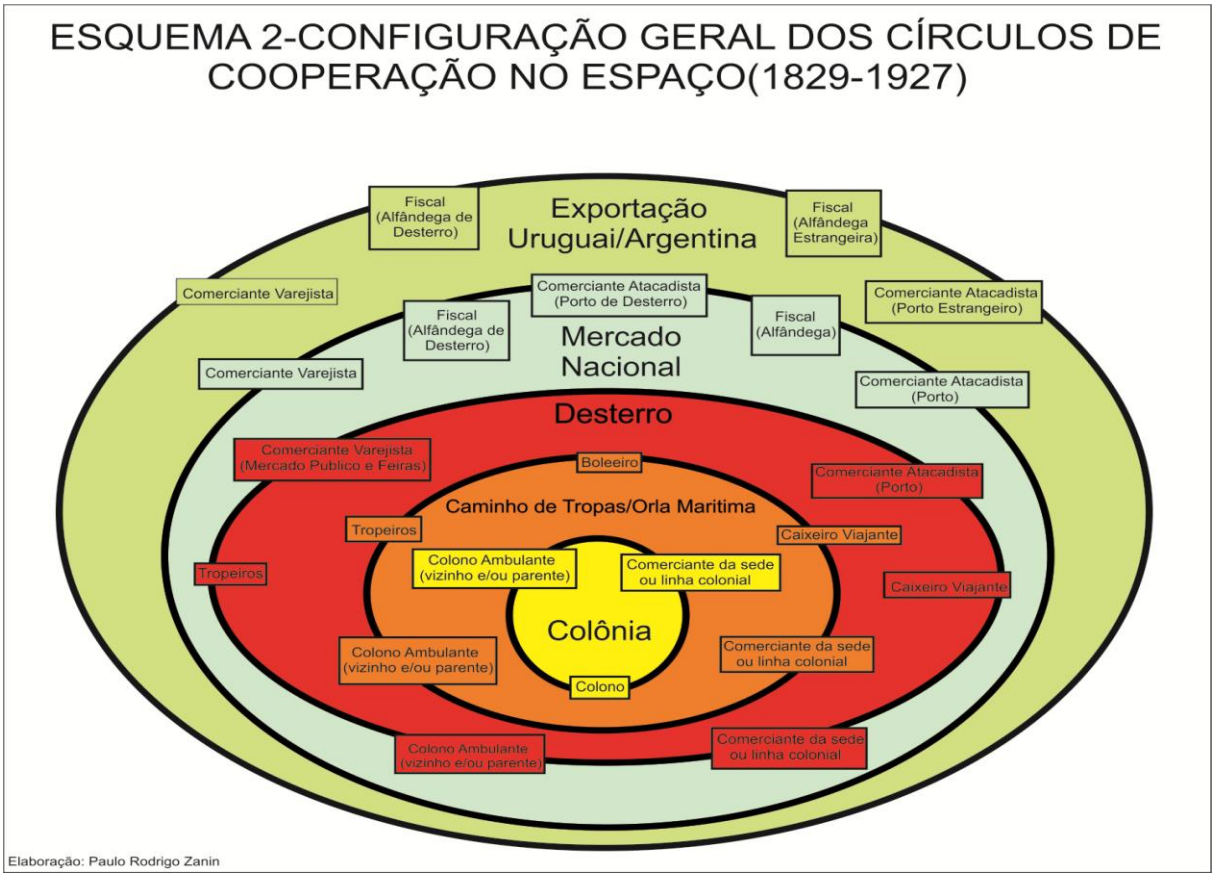
Em 1845 o monarca D. Pedro II quando em visita a província de Santa Catarina, decide banhar-se nas águas termais de Caldas da Imperatriz, “Para a passagem do monarca foi recuperado um trecho da estrada... tal melhoria foi a gota d’gua para a transferência definitiva do trajeto do vale do rio Maruim para o vale do Rio Cubatão”(JOCHEM,1992, p.11), com a mudança do eixo comercial a colônia da

variante do rio Maruim ficaram totalmente dependentes do mercado da capital. As colônias do vale do rio Cubatão, por onde passava o novo caminho de tropas, foram beneficiadas pela logística do transporte do gado, e pelas consecutivas melhorias que a estrada recebeu.

As sedes das colônias sempre estavam dispostas sobre os principais caminhos existentes, como a confluência de estradas coloniais e o trajeto Planalto-Litoral, fator geográfico que garantia que a sede fosse o ponto central de articulação entre o hinterland rural e o contexto socioeconômico provincial. A comercialização da produção colonial propiciou a diferenciação social nas colônias com o surgimento de uma serie de pequenos comerciantes através de uma rede de articulações favorecidas por relações de amizade e pelo sítio da colônia. Devido a grande quantidade de pequenos vales, muitos colonos instalados em linhas de ocupação distante das sedes tinham dificuldades de trazer seu pequeno excedente ate o vendeiro localizado próximo ao caminho de tropas, geralmente na sede da colônia, por sua vez algum colono mais bem localizado, começa a fazer o intermédio entre aqueles produtores e o comerciante da colônia, caracterizando-se como colono ambulante. O vendeiro localizado na sede e/ou na intersecção de algum caminho colonial com o caminho de tropas, concentra a produção da colônia, (ou de parte dela quando da concorrência com outro ponto central) e faz o intermédio com os tropeiros que se deslocam no sentido planalto-litoral ou inverso pelo caminho de tropas, os quais trazem a produção colonial até os mercados consumidores, principalmente Desterro devido a sua rede urbana dendrítica, onde o que não era consumido pela população da Ilha era encaminha pelo capital comercial do Porto para outros mercados nacionais, sobretudo Rio de Janeiro, e em períodos de maior demanda de alimentos na região Platina, para mercados internacionais, conforme o esquema 1.

A relação entre os comerciantes do sistema colônia-venda e os tropeiros resultou na aquisição de algumas cabeças de gado pelos vendeiros e posteriormente pelos colonos. Com a introdução do gado nas colônias os colonos passaram a utilizar o sistema de rotação de terras melhorada, através do uso do arado, conseguindo melhores plantações. Porém somente os colonos assentados na planícies fluviais ou em áreas pouco íngremes, com bom solo, puderam ter um pequeno excedente suficiente para adquirir alguma cabeça de gado e também poder aplicá-la na sua propriedade, se diferenciando daqueles assentados em áreas bastante íngremes. Para o colono ambulante o gado adquirido consistia em uma facilidade e aumento do transporte dos gêneros. Para o vendeiro bem localizado, que adquirisse certa quantidade de gado e meios de estocagem da produção, era possível se libertar do serviço prestado pelo tropeiro passando ele mesmo trazer a mercadoria até Lages ou Desterro, porem no caso de Desterro os comerciantes, tropeiros e alguns poucos colonos ambulantes ao chegar a orla litorânea, São José da Terra Firme, Palhoça e São Miguel muitas vezes acabavam por intercambiar a mercadoria com os caixeiros viajantes os quais, através do pagamento de frete ao boleeiro, faziam o transporte de Lancha até a Ilha e vendiam as mercadorias no Mercado Publico da Capital, conforme mostra o esquema 2.

ESQUEMA 2-CONFIGURAÇÃO GERAL DOS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO NO ESPAÇO(1829-1927)



A grande quantidade de agentes nos círculos de cooperação espacial reflete a especificidade do sitio no qual se fez a colonização. As Serras do Leste catarinense constituem um ambiente montanhoso, dissecado por vários cursos d'gua, constituindo uma serie de vales, porem os cursos d'gua não são navegáveis, ficando o escoamento da produção regional refém da precariedade (principalmente após as chuvas) dos caminhos coloniais e do próprio caminho de tropas, no qual a irregularidade do relevo tinha de ser vencido por caravanas de mulas, ou por carroças. A necessidade de diversos atores na comercialização implica em maior extração da renda do colono, pois para o produto ter aceitação de mercado o preço inicial tem de ser baixo para sustentar o rendimento dos demais agentes. Muitos descendentes de colonos migravam em busca de melhores terras, ou abandonavam o campo para vender sua força de trabalho na cidade. Os que se mantiveram nesse habitat rural, continuaram a usar a rotação de terras primitiva, devido a seu baixo custo de aplicação, e ficaram reféns do vendeiro da localidade, em condições de estrema pobreza.

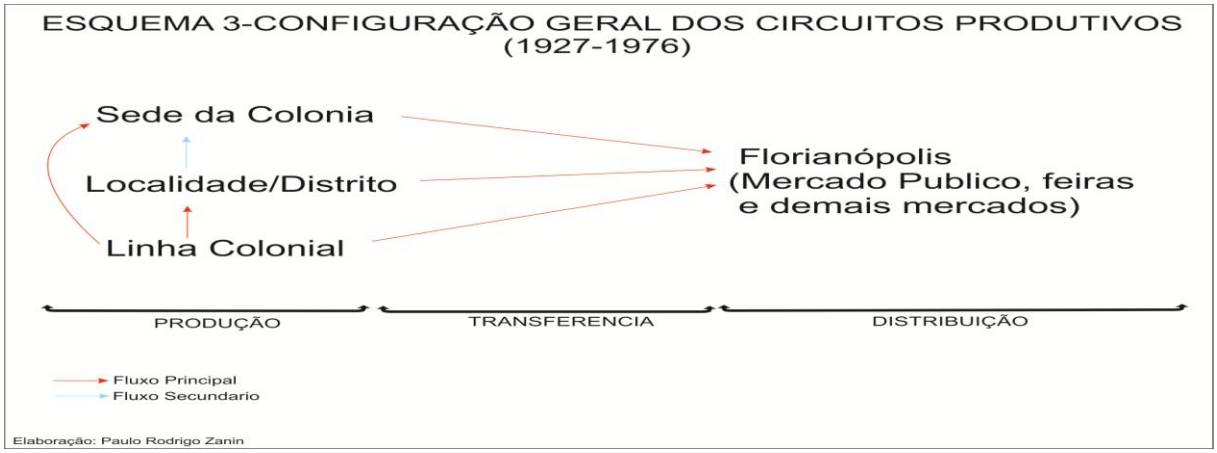
Com as melhorias das estradas "Os produtos dos municípios vizinhos começaram a chegar com mais facilidade aos pontos de embarque até o porto da Capital. Este movimento favorecia o crescimento de São José, Palhoça do Estreito, locais onde se concentravam os produtos que seriam transportados para a Ilha."(ANDRADE, 1981, p. 40) Depois do transporte de Lancha, com exceção do gado vivo que tinha de nadar até a Ilha, "os produtos vindo das colônias e a carne de boi eram vendidos nas feiras livres, realizadas ao lado da Alfândega, onde hoje é o mercado publico, todas as terças- feiras."(ANDRADE, 1981, p.40)

Ao aumento da demanda de gêneros alimentícios nos mercados nacionais e internacionais, foi acompanhado pelo aumento da produção nas colônias que "passaram a se destacar na pauta de exportações com seus produtos hortigranjeiros e semi-manufaturadas"(HUBENER,1981, p.96) como também se observa no relato do Presidente da Província em 1877 "como é sabido, é de Angelina, de Teresópolis e Capivari, que vem o abastecimento semanal ao mercado da capital. É talvez a parte da província onde menos se despende com melhoramentos materiais, de que os habitantes se ocupam tanto quanto lhes permitem os fracos recursos"(JOCHEM,1992, p. 146).

Na passagem para o século XX Desterro tem seu nome mudado para Florianópolis, em homenagem ao Presidente da Republica Floriano Peixoto. Nas primeiras

décadas do século XX a Ilha de Santa Catarina é marcada por duas tendências, a queda da atividade portuária, em função do predomínio de navios a vapor, de calado maior e por isso inviáveis ao porto da capital, e pela estagnação da atividade agrícola, que dependia do porto para exportação. Com a decadência da navegação de cabotagem, a produção das colônias também perderam mercado, pois o que não era consumido pela população da Capital era encaminhado para o mercado interprovincial e internacional pelo capital comercial de Desterro.

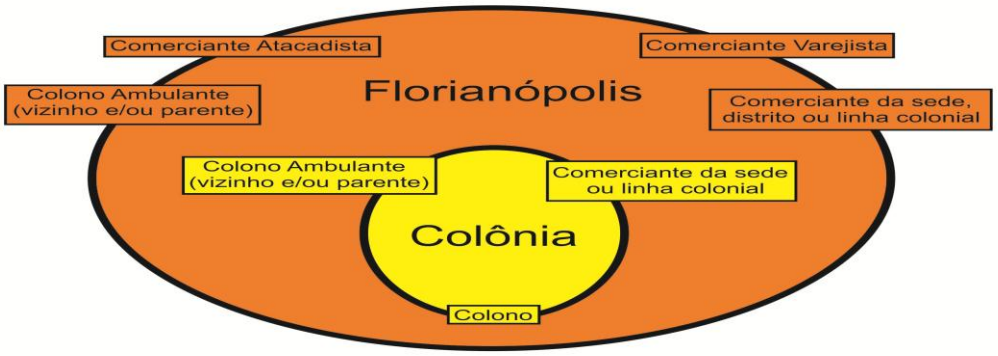
A economia na Ilha estava estagnada, se baseava nos excedentes tributários do resto do Estado em função da administração publica, e esta estava ameaçada pois "Florianópolis estava prestes a perder a condição de Capital, pois havia uma forte corrente política defendendo sua transferência pra outras cidades do interior do Estado."(ANDRADE, 1981, p.73)Essa corrente reclamava que em função dos motivos de estagnação acima mencionados a Ilha não teria meios para se desenvolver assim como pela falta de integração com o restante do estado devido a precariedade da ligação Ilha-Continente. Para evitar a mudança da Capital o Governador Hercílio Pedro da Luz inicia a construção de uma ponte afim de resolver o problema da integração regional. Com a construção da ponte e sua inauguração em 1927, recebendo o nome de Hercílio Luz, Florianópolis firmou-se enquanto Capital do Estado, substituindo em poucos anos o transporte por lanchas realizado de São José e Palhoça sentido Ilha. Com as transformações do meio técnico cientifico, a configuração dos circuitos é alterada, restringindo-se a esfera regional, como mostra o esquema 3.



Com o melhoramento da estrada Lages - Palhoça e a principal barreira do meio físico rompida, o colono ambulante teve mais facilidade para chegar a orla marítima, e nela estando livre do serviço de transporte embarcado, podendo ele mesmo trazer

sua produção ao mercado da capital, conseguindo melhores preços e gerando uma acumulação pré-capitalista, sendo capaz de atuar posteriormente como capital comercial no escoamento da produção dos demais produtores “tornando-se a base do comercio regional.”(CRUZ,2008, p.44) Como mostra o esquema 4.

ESQUEMA 4-CONFIGURAÇÃO GERAL DOS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO NO ESPAÇO(1927-1976)



Elaboração: Paulo Rodrigo Zanin

O surgimento do colono ambulante diminui a rede de comercialização, porem o colono produtor continua a ser explorado, enquanto o colono ambulante o qual no começo realizara o transporte com mulas e carroças, na relação capitalista da qual faz parte extraindo renda do produtor, capitaliza-se, e posteriormente adquire armazéns e caminhões para estocagem e transporte da produção.

Segunda metade do séc. XX

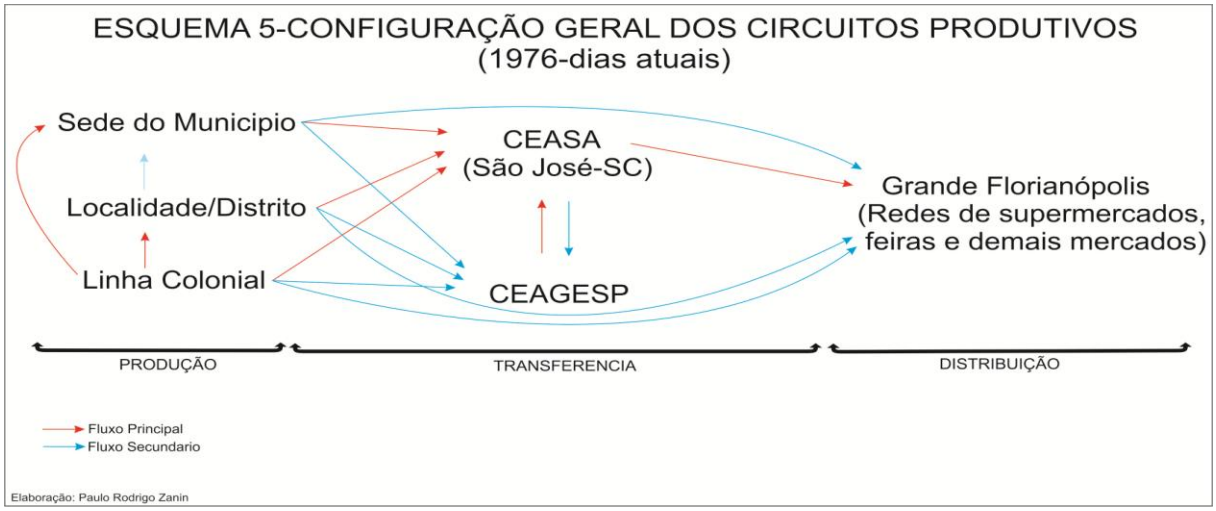
Na segunda metade do século XX Florianópolis é afetada pelas transformações sócio-espaciais decorrentes na nação, além da transferência e criação de instituições estatais, é nesse período que surge no Brasil uma política nacional de turismo (BECKER, 1996, p.187), sendo construídas infra-estruturas e ofertados uma ampla gama de equipamentos turísticos na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis também é integrada ao cenário nacional através da BR 101, no sentido Norte-Sul, e ao cenário estadual, no sentido Leste-Oeste, através do asfaltamento da BR 282. O acentuado processo de urbanização, conurbando Florianópolis aos municípios limítrofes a Ilha, em parte fruto do êxodo rural regional, associado ao aprofundamento da rodoviarização permitiu que os circuitos alimentares regionais de Florianópolis fossem atravessados por circuitos estaduais e nacionais, resultando em preços mais elevados devido a logística do transporte.

Nas áreas de colonização germânica predominava uma pequena produção mercantil estagnada, fazendo com que a inserção do capital produtivo e financeiro no espaço

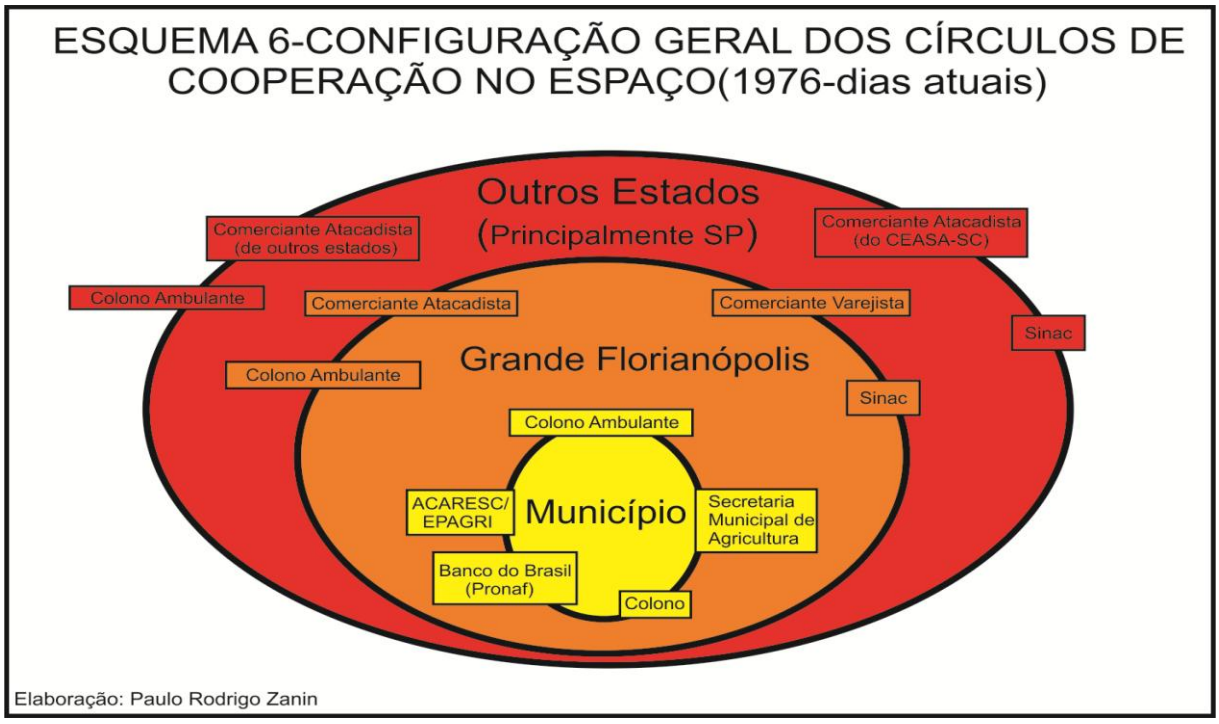
agrário regional não fosse possível sem a intervenção do estado. A descentralização político-administrativa ocorrida na década de sessenta, com sete emancipações na região de estudo, levaram os serviços públicos mais próximos aos pequenos agricultores, porém o extensionismo rural no Brasil ainda era embrionário. Em 1957 o governo Catarinense cria a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina – ACARESC, com seu primeiro escritório na cidade de São José. A ACARESC tinha por tese a ideologia norte americana de que o credito rural orientado associado a assistência técnica melhoraria as condições de vida do homem do campo, sendo que os trabalhos extensionistas se aplicavam a "projetos de suinocultura, bovinocultura, avicultura, horticultura, silvicultura, sistematização de várzeas"(OLINGER, 1996, p.281), através de cursos de curta duração realizados em centros regionais, visando a profissionalização do agricultor. No espaço agrário da Grande Florianópolis os projetos mais expressivos foram os voltados a horticultura.

Apesar do apoio técnico na produção o sistema de comercialização de hortigranjeiros encontrava-se estrangulado, não havia informação sobre o mercado e a comercialização se dava literalmente na rua porque o produtor e/ou atravessador não tinha outro espaço para comercializar. Na tentativa de organizar o sistema de abastecimento alimentar das grandes cidades o governo federal criou, em 1972, o Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento - Sinac, que regulamentava sobre infra-estruturas denominadas CEASAs(Centrais de Abastecimento), onde operando em rede cada qual concentra a produção regional em um único ponto para assim facilitar sua transferência do espaço de produção e a distribuição ao comercio atacadista/varejista. Em 1976 é criada a CEASA no município de São José, sendo que em 1986 "74% dos vegetais e frutas comercializados pelos maiores supermercados da área são adquiridos na CEASA/SC" (ZEFERINO, 1989, p.74), porem devido a sazonalidade da produção e do consumo, parte da produção é importada da CEAGESP, localizada na cidade São Paulo, segundo a Prefeitura Municipal de Florianópolis (1978) a CEASA/SC até o começo da década de 80 importava 80% dos gêneros agrícolas. Mais tarde, os frutos dos trabalhos da ACARESC e as linhas de crédito ao pequeno agricultor garantiram uma produção regional mais competitiva, resultando em 90% a 50% de alguns produtos hortículas consumidos na própria região metropolitana (PRATES & CORRÊA, 1987, p.71). Com as inovações no sistema agroalimentar em âmbito nacional os circuitos produtivos de Florianópolis adquirem uma nova configuração, conforme o esquema

5.



E a Divisão do Trabalho na Grande Florianópolis se acentua, sendo o colono ambulante, em âmbito regional, o principal responsável pelo trabalho intelectual no abastecimento alimentar de Florianópolis, como mostra o esquema 6.



Considerações Finais

A colonização germânica na Grande Florianópolis esteve inserida em um contexto de eliminação do elemento indígena do território, dando suporte a economia tropeira no trajeto planalto litoral, ao mesmo tempo que inseria as serras do leste catarinense na Divisão Territorial do Trabalho como fornecedora de alimentos. A pequena produção mercantil germânica desenvolveu-se de forma estagnada, devido, entre

outros fatores, a especificidade do sítio das colônias, o qual implicava em circuitos produtivos complexos e círculos de cooperação espacial constituídos de vários agentes, onde os comerciantes do sistema colônia-venda e os tropeiros eram as figuras mais importantes. Dessa forma começa a diferenciação social entre os imigrantes, com o surgimento de um pequeno capital comercial regional através de uma rede de articulações favorecidos pela localização dos agentes e por relações de amizade. Com as inovações do meio técnico cientifico nas primeiras décadas do século XX os circuitos produtivos se restringiram a esfera regional enquanto nos círculos de cooperação espacial os comerciantes do sistema colônia venda e os tropeiros começam a perder espaço para o colono ambulante. Os processos sócio-espaciais decorrentes na Grande Florianópolis na segunda metade do sec. XX alteraram novamente a configuração dos circuitos produtivos e novos agentes surgem nos círculos de cooperação espacial. No espaço de produção aparecem instituições de fomento e de extensão rural, os quais foram os responsáveis pela especialização produtiva de certos municípios na produção de horticulas voltados ao abastecimento da urbe Florianopolitana, porém esse novo arranjo regional gerou a segregação espacial da produção colonial de queijos e embutidos, os quais sempre estiveram presentes na PPM germânica, porém hoje, devido a ilegalidade, a produção colonial sobrevive em propriedades rurais localizadas em áreas bastante isoladas. Os circuitos das horticulas por estarem vinculadas diretamente a Rede CEASA inserem novamente o espaço agrário da Grande Florianópolis na DTT como fornecedora de alimentos para as urbes brasileiras, enquanto que os circuitos da produção colonial se restringem ao âmbito regional, sendo que em ambos os casos, o principal agente no escoamento da produção é o colono ambulante, que detentor de capital e informação é quem organiza o mercado.

Apoio: CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Referencias Bibliográficas

ANDRADE, Djanira M. Martins de. Hercilio Luz: Uma Ponte Integrando Santa Catarina. Florianopolis: Ed. UFSC, 1981.

BECKER, Berta. Conferência no Congresso Internacional de Geografia e Planejamento do Turismo “Sol e Território” : políticas e planejamento do turismo no Brasil. In: Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura. Eduardo Yázigi; Ana Fani Alessandri Carlos; Rita de Cássia Ariza da Cruz (Org.). São Paulo: Hucitec, 1996.

CAMPOS, N. J. Terras comunais e pequena produção açoriana na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: FCC, Ed. UFSC, 1991.

CRUZ, Karina Martins. A Contribuição de alemães e descendentes para a formação sócio-espacial catarinense: O caso da Região Metropolitana de Florianópolis(SC). Dissertação de Mestrado- PPGGEO-UFSC. Florianópolis, 2008.

HUBENER, Laura Machado. O Comercio na Cidade de Desterro no século XIX. Florianópolis: Ed. UFSC, 1981.

JOCHEM, Toni Vidal. Pouso dos Imigrantes. Florianópolis: Ed.Papa livro, 1992.

OLINGER, G. Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

PRATES, A. M. M. CORRÊA, W. K. Produção e comercialização de hortaliças no município de Antônio Carlos - SC: alguns resultados preliminares. In: *Geosul.* n.4, Ano II,Departamento de Geociências.CFH/UFSC,Florianópolis, 2º semestre de 1987.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. *Projeto CHPU/BIRD Cidades de Porte Médio.* Vol.1. Florianópolis, IPUF, julho/1978.

ZEFERINO, Augusto César. Abastecimento Urbano: Considerações A cerca dos Componentes e Estrutura. In: *Geosul.* n.7, Ano II,Departamento de Geociências.CFH/UFSC,Florianópolis,1º semestre de 1989.

WAIBEL, Leo. Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil. In Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.